

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais de R\$ 800 milhões do FGTS são utilizados para consórcios de imóveis

Veículo: D24AM

Data: 16.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/mais-de-r-800-milhoes-do-fgts-sao-utilizados-para-consorcios-de-imoveis/>

ECONOMIA

Publicado em 16 de setembro de 2018 às 16:56

Mais de R\$ 800 milhões do FGTS são utilizados para consórcios de imóveis

Criado para proteger o trabalhador demitido sem justa causa, o FGTS tem ajudado muitos brasileiros a comprar a casa própria por meio do consórcio imobiliário

Da Redação / redacao@diarioam.com.br



Manaus – Criado para proteger o trabalhador demitido sem justa causa, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem ajudado muitos brasileiros a comprar a casa própria por meio do consórcio imobiliário. Com o valor é possível ofertar um lance, pagar parte das prestações, liquidar ou amortizar o saldo devedor ou ainda complementar o crédito. O benefício já foi utilizado por cerca de 30 mil participantes ativos dos consórcios que, em oito anos, sacaram cerca de R\$ 820 milhões do FGTS para construir ou comprar um imóvel. A informação é da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC).



Cerca de 30 mil usaram o benefício para comprar imóveis pelo consórcio (Foto: Nathalie Brasil/Arquivo DA)

De acordo com a diretora-superintendente da Ademilar, Tatiana Schuchovsky Reichmann, usar o saldo no consórcio imobiliário é uma boa solução, uma vez que a utilização do FGTS é restrita e permitida apenas em situações específicas.

“Com o consórcio é possível usar esse dinheiro de várias formas. O lance é uma das mais conhecidas. O consorciado pode fazer a oferta e tentar antecipar a contemplação. Nesse caso, é possível usar até 100% do valor do FGTS e ainda reduzir o número de parcelas ou o valor pago mensalmente”, afirma.

Quem, por exemplo, possui valores menores na conta do FGTS pode usar o saldo para liquidar ou abater prestações, o que pode ser feito apenas após a contemplação e deve seguir as regras do Conselho Curador do FGTS, próprias para o uso do recurso.

Para ter acesso ao benefício, o trabalhador não pode ser proprietário de um imóvel na cidade onde exerça ocupação principal e/ou nos municípios vizinhos, nem possuir um financiamento ativo pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Além disso, o imóvel e a cota devem estar em nome do titular da conta do FGTS, e o valor do imóvel precisa respeitar o teto estabelecido pelo SFH, que atualmente é de R\$ 950 mil em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal e de R\$ 800 mil nos demais Estados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Caixa reduz de 9,5% para 8,75% taxas de juros para financiamento de imóveis

Veículo: D24AM

Data: 15.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/caixa-reduz-de-95-para-875-taxas-de-juros-para-financiamentos-de-imoveis/>

ECONOMIA

Publicado em 15 de setembro de 2018 às 09:31

Caixa reduz de 9,5% para 8,75% taxas de juros para financiamentos de imóveis

A Caixa informou também que, a partir de novembro, oferecerá um novo serviço digital de avaliações de imóveis, disponibilizando laudo diretamente para pessoas físicas e jurídicas

Agência Brasil / redacao@diarioam.com.br



Brasília – A Caixa Econômica Federal anunciou a redução de 0,75 ponto percentual nas taxas de juros do crédito imobiliário para aquisição de imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão. As taxas mínimas do SFI passarão de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano. E a taxa máxima cai de 11% para 10,25% ao ano. As novas taxas começam a valer a partir do dia 24 deste mês.



A Caixa tem R\$ 85 bilhões disponíveis para o crédito habitacional este ano. (Foto: Elza Fitúza/ABr)

A Caixa informou também que, a partir de novembro, oferecerá um novo serviço de avaliações de imóveis, disponibilizando laudo diretamente para pessoas físicas e jurídicas. Segundo o banco, o Caixa Avalia é uma plataforma que vai permitir a venda de avaliações pelo site com contratação 100% digital.

Em abril, a Caixa reduziu em até 1,25 ponto percentual as taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O limite de cota de financiamento do imóvel usado subiu de 50% para 70%. A Caixa também retomou o financiamento de operações de interveniente quitante (imóveis com produção financiada por outros bancos) com cota de até 70%.

Em julho, o banco reduziu em média de 1 a 2 pontos percentuais ao ano as taxas do crédito imobiliário para pessoa jurídica. Em agosto, a Caixa promoveu uma redução de até 0,5 ponto percentual das taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do SBPE. O limite de cota de financiamento de imóveis usados para pessoa física subiu de 70% para 80%.

A Caixa tem R\$ 85 bilhões disponíveis para o crédito habitacional este ano. No 1º semestre, foram contratados mais de R\$ 40 bilhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Cotas obrigatórias comprometem até um terço na construção civil

Veículo: D24AM

Data: 14.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/cotas-obrigatorias-comprometem-ate-um-terco-das-vagas-na-construcao-civil/>

ECONOMIA

Publicado em 17 de setembro de 2018 às 07:17

Cotas obrigatórias comprometem até um terço das vagas na construção civil

A cota para pessoas com deficiência é exigida de companhias com mais de 100 empregados e vai de 2% a 5% dos postos. Ex-presidiários têm 3% a 6% em obras públicas acima de R\$ 330 mil

Estadão Conteúdo / redacao@diarioam.com.br



Brasília – A indústria da construção civil tem enfrentado dificuldades para cumprir as cotas de contratação, em que parte das vagas é reservada a pessoas com deficiência, jovens aprendizes, egressos do sistema penitenciário e moradores de rua. Em alguns Estados, segundo o setor, as cotas chegam a comprometer até um terço dos postos de trabalho.



As construtoras dizem não haver interessados em número suficiente para preencher as vagas (Foto: Divulgação)

As empresas dizem não haver interessados em número suficiente para preencher as vagas. “A gente publica no jornal, convoca e ele não aparece. Não posso sair catando pessoa com deficiência se ela não quer trabalhar”, diz o presidente da Associação Brasileira de Construtores (Asbraco), Luiz Afonso Delgado. A cota para pessoas com deficiência é exigida de companhias com mais de 100 empregados e vai de 2% a 5% dos postos. Ex-presidiários precisam ter assegurados 3% a 6% das vagas em caso de obra pública com contrato superior a R\$ 330 mil.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) fez uma simulação do número mínimo de cotas que uma empresa com 1.001 funcionários que atua em obras públicas precisaria atender. Seriam pelo menos 163 ‘cotistas’. Em alguns Estados, além disso, há mais reservas previstas em lei. No Distrito Federal, por exemplo, é exigida contratação mínima de 2% de moradores de rua. No total, as cotas podem chegar a mais de 30%.

O Ministério do Trabalho já lavrou mais de 400 autos de infração contra construtoras que deixaram de atender à legislação. Em 2016, 363 mil vagas destinadas a pessoas com deficiência não foram preenchidas. Em seis anos, o Ministério Público do Trabalho firmou 1.132 termos de ajuste de conduta com empresas de vários setores – já que as cotas não atingem apenas a construção – e ajuizou 729 ações. O presidente do Sinduscon-DF, João Carlos Pimenta, diz que o setor é contrário “a qualquer tipo de cota”, porque, por falta de interessados, as empresas viram alvo de multa.

O MPT diz que o problema está na cultura das empresas, que não investem em acessibilidade e alimentam o preconceito. “É oneroso garantir ambiente de trabalho com acessibilidade, mas é o que diz a lei”, diz a coordenadora de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Eliminação da Discriminação no Trabalho do MPT, Valdirene Silva de Assis. “Não faltam pessoas, faltam condições para que elas estejam no mercado e a vontade de incluir”.

O sociólogo José Pastore, especialista em relações de trabalho, afirma que as cotas têm um propósito social importante. Mas reconhece um desajuste entre a qualificação exigida e a formação dos candidatos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais de R\$ 800 milhões do FGTS são utilizados

Veículo: Amazonas Atual

Data: 16.09.18

Caderno: Economia

Página: 16

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Mais de R\$ 800 milhões do FGTS são utilizados para consórcios de imóveis

Nathalie Brasil 25/05/12

EM RELAÇÃO

Criado para proteger o trabalhador demitido sem justa causa, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem ajudado muitos brasileiros a comprar a casa própria por meio do consórcio imobiliário. Com o valor é possível ofertar um lance, pagar parte das prestações, liquidar ou amortizar o saldo devedor ou ainda complementar o crédito. O benefício já foi utilizado por cerca de 30 mil participantes ativos dos consórcios que, em oito anos, sacaram cerca de R\$ 820 milhões do FGTS para construir



FGTS Cerca de 30 mil usaram o benefício para comprar imóveis pelo consórcio

ou comprar um imóvel. A informação é da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC).

De acordo com a diretora-superintendente da Ademilar, Tatiana Schuchovsky Reichmann, usar o saldo no consórcio imobiliário é uma boa solução, uma vez que a utilização do FGTS é restrita e permitida apenas em situações específicas. “Com o consórcio é possível usar esse dinheiro de várias formas. O lance é uma das mais conhecidas. O consorciado pode fazer a oferta e tentar antecipar a contemplação. Nesse caso, é possível usar até 100% do valor do FGTS e ainda reduzir o número de parcelas ou o valor pago mensalmente”, afirma.

Quem, por exemplo, possui valores menores na conta

do FGTS pode usar o saldo para liquidar ou abater prestações, o que pode ser feito apenas após a contemplação e deve seguir as regras do Conselho Curador do FGTS, próprias para o uso do recurso. Para ter acesso ao benefício, o trabalhador não pode ser proprietário de um imóvel na cidade onde exerça ocupação principal e/ou nos municípios vizinhos, nem possuir um financiamento ativo pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Além disso, o imóvel e a cota devem estar em nome do titular da conta do FGTS, e o valor do imóvel precisa respeitar o teto estabelecido pelo SFH, que atualmente é de R\$ 950 mil em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal e de R\$ 800 mil nos demais Estados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Pró-Cotista para financiar imóvel novo está praticamente esgotada, diz Caixa

Veículo: Folha de S. Paulo

Data: 14.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/caixa-anuncia-reducao-nos-juros-para-financiamento-a-imoveis-de-ate-r-15-milhao.shtml>

Pró-Cotista para financiar imóvel novo está praticamente esgotada, diz Caixa

Linha de crédito é a mais barata depois do programa Minha Casa Minha Vida



Anaís Fernandes

SÃO PAULO A linha de financiamento Pró-Cotista da Caixa Econômica Federal para imóveis novos, a mais barata depois do programa Minha Casa Minha vida, está praticamente esgotada.

Segundo Paulo Antunes de Siqueira, vice-presidente de habitação do banco, dos R\$ 4 bilhões destinados à modalidade, restam apenas R\$ 600 milhões. "Mas temos já dentro da Caixa concessões em análise em valor superior", disse.

A linha só pode ser acessada por trabalhadores com pelo menos três anos de vínculo com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Os beneficiados precisam estar trabalhando ou ter saldo na conta do fundo equivalente a pelo menos 10% do valor do imóvel. Não há limite de renda.



É necessário ter no mínimo três anos de trabalho sob regime do FGTS, não possuir financiamento no SFH e não ser dono de imóvel - Marcus Leoni/Folhapress



A Pró-Cotista tem tido muita procura nos últimos anos por causa da escassez de recursos de fontes com taxas de juros equivalentes, como a caderneta de poupança.

Isso fez a participação da linha no total de financiamento imobiliário, que era de apenas 1% em 2014, saltar para mais de 10%. Em 2017, a linha emprestou R\$ 6,1 bilhões, informa a Caixa.

No banco estatal, as taxas da Pró-Cotista giram em torno de 7,85% a 9,01% ao ano, com prazos de 60 a 360 meses.

"Dentro do Orçamento do FGTS vem um valor muito pequeno para a Pró-Cotista destinado a todos os bancos, mas ele acaba muito rápido. Agora, só estamos trabalhando as propostas que já estão dentro do banco, que deram entrada antes", diz Nelson Antônio de Souza, presidente da Caixa.



A modalidade para imóveis usados já havia sido suspensa no início de agosto pela Caixa porque todo o limite destinado a essa operação em 2018, de R\$ 1,4 bilhão, foi usado

Além da Caixa, apenas o Banco do Brasil operava a Pró-Cotista. Há pouco tempo, no entanto, o Santander Brasil começou discretamente a oferecer empréstimos por meio da modalidade, e o Bradesco começará a operar a linha a partir de janeiro de 2019.

TAXA MENOR

De olho em mudanças no sistema de financiamento imobiliário a partir do próximo ano, Souza anunciou nesta sexta-feira (14) a equiparação das taxas de financiamento de imóveis de até R\$ 1,5 milhão pelo SFI (Sistema Financeiro Imobiliário) aos juros cobrados no SFH (Sistema Financeiro de Habitação), modalidade que também permite o uso de recursos do FGTS.

A partir do próximo dia 24, as taxas mínimas para unidades de até R\$ 1,5 milhão financiadas dentro do SFI cairão de 9,5% ao ano para 8,75%. Imóveis acima desse valor continuam dentro das taxas anteriores do SFI, a partir de 9,5%.

Hoje, o SFI é usado para financiamentos que não se enquadram nos requisitos do SFH, como aquisição do primeiro imóvel e no valor de até R\$ 800 mil para todo o país —exceto SP, RJ, Minas e DF, onde o limite é de R\$ 950 mil.

A partir de 2019, no entanto, o limite de valor dos empréstimos imobiliários que permitem o uso de recursos do FGTS será elevado para R\$ 1,5 milhão em todos os estados.

Além de aumentar o teto, o governo anunciou a flexibilização do uso, pelos bancos, dos recursos captados da poupança para financiamentos imobiliários.

Atualmente, os bancos são obrigados a direcionar 65% desses recursos para crédito imobiliário e, dessa fatia, 80% precisam ser de financiamentos do SFH.

Com a nova regra, a partir do próximo ano, os 80% obrigatórios para o sistema de habitação deixam de existir. Caberá ao banco decidir se quer ofertar financiamentos desse tipo e em qual montante.

Nesse caso, se não optar pelo SFH, não haverá necessidade de cumprir o limite máximo de taxas de juros do sistema —de 12% ao ano mais a TR (Taxa Referencial)—, que serão livremente praticadas, até mesmo com indexadores diferentes da TR, como os índices de preços.

Com a mudança, a tendência é que a separação entre SFH e SFI fique menos nítida.

"De certa forma, essa mudança vai juntar os mercados. Havia certo temor de que isso poderia provocar uma elevação das taxas de juros. O que a Caixa sinaliza é que estão trazendo aquelas taxas de mercado livre do SFI para o nível do SFH", explica Ana Castelo, coordenadora de Projetos da Construção do FGV IBRE (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Ao equiparar taxas, a Caixa dá um primeiro passo nesse sentido. A partir do dia 24, se o consumidor financiar um imóvel de R\$ 1 milhão, por exemplo, não poderá se encaixar no SFH e utilizar o FGTS, mas terá no SFI taxas semelhantes às do sistema de habitação. Em um segundo momento, a partir do próximo ano, esse tomador de crédito até poderá usar seu FGTS.

AVALIAÇÃO

A Caixa também anunciou nesta sexta a ampliação de seu serviço de avaliação de imóveis —até então, só era oferecido para quem realizasse financiamento com o banco.

O Caixa Avalia é uma plataforma online que permitirá a venda de avaliações pelo site do banco, com contratação digital. As tarifas pelo serviço partem de R\$ 1.000, mas podem variar de acordo com características do imóvel, como seu tamanho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo é sensível à importância da construção civil, diz ministro

Veículo: UOL

Data: 14.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/09/14/governo-e-sensivel-a-importancia-da-construcao-civil-diz-ministro-das-cidades.htm>

Governo é sensível à importância da construção civil, diz ministro

ESTADÃO conteúdo

Circe Bonatelli e Cynthia Decloedt
São Paulo
14/09/2018 14h16

O Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, afirmou que o governo federal é sensível à importância da construção civil e defendeu a preservação de recursos para investimentos no setor. Ele lembrou que cerca de 40% dos recursos aportados na indústria da construção retornam aos cofres públicos pela arrecadação tributária.

"Defendemos foco do Orçamento da União e do FGTS no setor da construção", disse o ministro, em evento com empresários organizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc).

Baldy também reconheceu a importância do programa Minha Casa Minha Vida, que, segundo ele, foi responsável por cerca de 80% do crescimento dos lançamentos e das vendas no primeiro semestre.

O ministro disse ainda concordar com o pleito dos empresários pela regulamentação dos distratos, cujo projeto de lei já foi aprovado pela Câmara e agora aguarda apreciação no Senado. "É fundamental cobrar o legislativo sobre a regulamentação dos distratos. Se faz necessário ter nova lei para que haja segurança jurídica para o setor", salientou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Qual o Brasil que eu quero para o futuro?

Veículo: CBIC Mais

Data: 14.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_156.pdf

QUAL O BRASIL QUE EU QUERO PARA O FUTURO?

ALESSANDRA BEINE LACERDA, gestora dos Projetos de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Comissão de Meio Ambiente da CBIC



O FUTURO DA MINHA CIDADE

Essa foi uma das frases mais ouvidas nos últimos dias...

Muito se ouviu, muito se pediu...

Mas precisamos entender que: mais do que pedir a mudança é preciso fazer a mudança acontecer!

Se queremos mudar algo, precisamos ser protagonistas dessa mudança e não refém dela.

Essa é a frase principal do projeto O FUTURO DA MINHA CIDADE, realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), desde 2012, com correalização do Senai Nacional e patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Já naquela época, a CBIC queria participar de forma mais ativa do processo eleitoral. Verificou que o ideal era ter a participação efetiva do cidadão para ser protagonista das suas decisões.

A implementação do projeto ocorre por iniciativa da Sociedade Civil Organizada, que cria um Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codese), de forma voluntária e apartidária, para organizar a participação da sociedade nas proposições do planejamento urbano da cidade a longo prazo.

Ou seja, identificar e propor sugestões daquilo que se espera para a cidade, nos próximos 20, 30, 40 anos.

Assim é gerado um programa de desenvolvimento para a Cidade, que passa pelo mandato de vários dirigentes públicos.

É um grande fórum de discussão de assuntos. Não estamos falando de reuniões de condomínio onde todos reclamam e ninguém faz nada. Falamos da utilização inteligente dos instrumentos modernos de comunicação. O diálogo aparece e a população participa. Ou seja, gerar oportunidade de diálogo entre o Poder Público, empresas e cidadãos se aproximam por meio de interesses convergentes.

O início do projeto foi em Maringá, no noroeste do Paraná. Hoje o projeto já foi implementado em 27 cidades, entre elas, Goiânia (GO), Brasília (DF), Manaus (AM), Bento Gonçalves (RS), Natal (RN), São Luis (MA), Volta Redonda (RJ) e nos próximos meses será levada à Rio do Sul (SC), Santa Rosa (RS), Santos (SP) e Santarém (PA).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Obras paralisadas poderão ser retomadas com recursos do FGTS

Veículo: CBIC Mais

Data: 14.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_156.pdf

OBRAS PARALISADAS PODERÃO SER RETOMADAS COM RECURSOS DO FGTS

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO AUTORIZA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FINANCIAR CONTRAPARTIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA OBRAS DO PAC



Obras financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e que estão paralisadas, por falta de recursos dos Estados e dos municípios para bancar a contrapartida do empréstimo, poderão ser retomadas. Esse é o objetivo da [Resolução 898/2018](#) do Conselho Curador do FGTS, publicada no último dia 11 de setembro, no Diário Oficial da União (DOU). A medida autoriza a utilização de recursos do Fundo de Garantia para financiar a contrapartida das prefeituras e Estados, tomadores de recursos da União, para obras paralisadas por meio do Orçamento Geral da União (OGU), dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “A iniciativa é muito importante, porque gera novas oportunidades de contratos, na medida em

que as obras estão paralisadas há algum tempo. Essa retomada significará a contratação de empresas para fazer as obras, o que dinamizará a economia”, salienta Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no CCFGTS.

As obras já estão paralisadas há bastante tempo. Algumas há mais de 10 anos (PAC 1) e envolvem melhoria na revitalização de espaços urbanos, obras habitacionais, obras de saneamento e de infraestrutura. “O mais importante é que terminando essas obras, elas cumprirão a finalidade a que se destinam: saneamento, habitação ou mobilidade urbana, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos”, completa Maria Henriqueta.

“Há um bom tempo o Conselho Curador do FGTS vem tentando atacar o problema das obras paralisadas. A medida é bastante importante, porque permite que os agentes financeiros utilizem recursos do FGTS para financiar o término dessas obras”, destaca Bolívar Moura Neto, secretário-executivo do Conselho Curador do FGTS. “São obras que já tiveram aporte de algum recurso, do OGU ou do ente federativo, e que estão paralisadas, sem prestar serviços para o trabalhador e a comunidade. São recursos que foram alocados, geralmente recurso público, e que não estão dando retorno para a população. A retomada vai gerar novos empregos, o que resulta em recolhimento, pelos trabalhadores, e volta como benefício de arrecadação para o próprio FGTS”, completa.

A partir de agora, além do Fundo de Garantia viabilizar o financiamento das contrapartidas das obras subsidiadas pelo próprio FGTS, também possibilitará a de obras feitas por meio do OGU. Será financiada a diferença a maior sobre o valor do projeto e viabilizadas as contrapartidas (em torno de 5%) que normalmente é cobrada dos estados e municípios. Pelo modelo aprovado pelo Conselho Curador, o Fundo de Garantia não aplicará dinheiro em substituição aos recursos da União, mas

apenas o complemento do valor já colocado pela União.

A iniciativa utilizará o orçamento que as áreas já têm. Se for uma obra de saneamento, usará o orçamento já aprovado no FGTS para a respectiva área. A seleção será feita pelo próprio Ministério das Cidades, que já tem a lista das obras paralisadas e que podem receber recursos. O potencial interessado deve demonstrar interesse junto à pasta, mostrando a situação do projeto, as mudanças necessárias e o que precisa de recursos a ser complementado; e ao agente financeiro, que conduzirá a operação de crédito com recursos do FGTS para a retomada da obra. A celeridade de aplicação dos recursos do FGTS seguirá a mesma velocidade de execução por parte da União.

Para participar do plano de reativação de obras serão selecionados os projetos entendidos pelo próprio governo como obras em nível mais avançado - que precisariam de um volume menor de recurso - e com impacto econômico e social mais relevantes. Além disso, há uma lógica prevista de visitar o projeto para reavaliar a obra e ver se ela ainda consegue ser realizada pelos valores previstos no projeto inicial; e refazer esses projetos para que a obra de fato consiga chegar até o final.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: BR-319 vira cabo de guerra

Veículo: A Critica

Data: 14.09.18

Caderno: Política

Página: A7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

DISPUTA PARA O SENADO

BR-319 vira cabo de guerra

Candidatos aos Senado pelo Amazonas elegeam a conclusão da rodovia que liga Manaus a Porto Velho como mote de campanha

ANTÔNIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) – A BR-319, rodovia que liga Manaus a Porto-Velho desde os anos de 1970, entrou na disputa pelas duas vagas ao Senado Federal. Nos últimos dias, os candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto no Amazonas têm pautado a “Estrada da Integração” como o principal mote de suas campanhas no rádio, TV e redes sociais.

Na quarta-feira, o deputado federal Alfredo Nascimento (PR-AM) e o senador Eduardo Braga (MDB-AM) vieram a público falar sobre a rodovia. A senadora Vanessa Grazziotin tem postado com frequência vídeos e mensagens falando de suas ações em defesa da BR-319.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o ex-ministro dos Transportes nos governos Lula e Dilma afirma: “A reconstrução da BR-319 é minha bandeira há muitos anos. Não faço isso só no período eleitoral”. No post “A verdade sobre a BR-319 que você precisa saber!”, traz a informação de que Alfredo foi o único parlamentar do Amazonas que destinou recursos para a reconstrução da rodovia que liga Manaus a Porto Velho e ao restante do Brasil. “Já foram asfaltados mais de 400 quilômetros. O trecho do meio, de aproximadamente 400 km, aguarda apenas a autorização ambiental para que rodovia seja completa-

Saiba mais

>> Impactos

A conclusão em 90 dias dos estudos de impacto ambiental e das implicações sobre as comunidades indígenas, das obras da BR-319, foi a exigência feita pelo presidente da Comissão de Infraestrutura e Serviços, senador Eduardo Braga e os demais senadores membros da CI. Esse prazo foi estabelecido para que a Força-Tarefa, a ser composta pelos Ministérios da Justiça, Meio Ambiente, Transportes e órgãos ligados às obras da rodovia, como o Ibama, o Dnit e Funai, dê uma resposta ao Senado.

mente revitalizada”, diz a peça publicitária de campanha.

Essa disputa política entre os candidatos ao Senado foi visível na última audiência pública, realizada em 4 de setembro deste ano, na Comissão de Infraestrutura e Serviços, quando três ministros de Estado foram convocados a prestar esclarecimentos acerca das obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319, bem como questões relacionadas aos estudos de impacto ambiental necessários para a realização das obras. A reunião contou com a participação dos ministros da Justiça, Torquato Jardim; do Meio Ambiente, Edson Gonçalves Duarte e do ministro Interino dos Transportes, Portos e Aviação



Com 885 km de extensão a BR-319, que já tem metade de seu percurso asfaltado, foi fechada em 1988 por falta de manutenção

Civil, Hebert Drummond.

Na audiência pública, o deputado Alfredo Nascimento lembrou que foi ele quem construiu mais da metade da rodovia, quando foi ministro dos Transportes (2003-2010). E criticou o Parlamento por não receber apoio político. "Quando se fala da BR-319, parece que nada foi construído, mas mais de 60% dela, dos 958 km, estão prontos.

Somente a parte do meio, infelizmente, inventaram exigir estudo de impacto ambiental em uma rodovia implantada", disse o deputado federal.

Incomodada com a fala do adversário na disputa por uma das vagas ao Senado, Vanessa Graziotin reagiu: "Se houve empenho ou não do Poder Executivo? Eu não posso falar; falo pelo Parlamento porque não estou no Se-

nado só há oito anos. Estive na Câmara dos Deputados por 12 anos e não se passou um ano sequer em que nós não tivéssemos feito audiência pública sobre a BR-319. Então, houve, sim, um grande empenho do Parlamento. Não é verdade dizer que o Parlamento nunca apoiou uma conclusão para que nós tivéssemos a BR-319 concluída", afirmou Vanessa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Fieam debate indústria 4.0

Veículo: A Critica

Data: 14.09.18

Caderno: +Dinheiro

Página: D6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Joubert Lima

MODERNIZAÇÃO

Fieam debate indústria 4.0

As oportunidades e necessidade de adaptação das empresas locais diante das transformações impostas pela indústria 4.0 foram debatidas em evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) na última quinta-feira (13). Para o diretor de Operações do Departamento Nacional do Senai, Gustavo Leal Filho, as empresas precisam primeiramente organizar bem os seus processos. Leal Filho avalia que o nível de absorção das tecnologias industriais ainda é muito baixo. Mais da metade (52%) não utiliza nenhuma tecnologia digital. Um cenário que precisa mudar.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Leilões do Santander oferecem imóveis com desconto de até 62%

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 16.09.18

Caderno: Economia

Página: 16

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Leilões do Santander oferecem imóveis com desconto de até 62%

Investimento Lances poderão ser realizados até o dia 28 de setembro e os lotes à venda incluem imóveis no Amazonas

Da Redação

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

Os leilões são cada vez mais a oportunidade para quem deseja adquirir um imóvel sem gastar muito. Prova disso é o mercado imobiliário travado e o aumento da oferta de propriedades pelas empresas que recebem os lances. Só neste mês, o Santander realiza três leilões pela Sold até os dias 17, 24 e 28 de setembro.

São 143 unidades residenciais e comerciais, entre casas, apartamentos, salas e terrenos. Os imóveis ficam em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Pará, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Amazonas.

Os lances iniciais variam entre R\$ 73.800 e R\$ 3,5 milhões. Esses lotes, com desconto de até 62%, já estão abertos e podem ser visitados mediante agendamento através do e-mail imo-

veis.sac@sold.com.br. Todos podem ser consultados pelo link: www.sold.com.br/santander.

Entre os imóveis comerciais, disponíveis até o dia 28 de setembro, está uma sala comercial desocupada na Serra, Espírito Santo, com 31,63m² de área privativa e lance inicial de R\$ 94.865,80. Outra opção de sala comercial está no Centro de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, pelo lance inicial de R\$ 106.700.

Para quem está em busca de propriedades residenciais, em São Paulo há uma casa no município Bebedouro com lance inicial de R\$ 133 mil, disponível para lances até o dia 24. Até essa data, é possível arrematar também uma casa em Parauapebas, no Pará, com três quartos, garagem e lance inicial de R\$ 189 mil.

Há imóveis desocupados que podem ser visitados mediante agendamento e o Santander possibilita o financiamento em até 420 meses, oferecendo a menor taxa em crédito imobiliário, desconto para

pagamento à vista e débitos de condomínio e IPTU quitados.

Como participar

Os leilões são abertos a qualquer pessoa. Basta se cadastrar no site www.sold.com.br, criar um login e senha e se habilitar para ofertar lances no leilão de interesse. A partir daí, basta acompanhar os lances no dia marcado para o encerramento. O método usado na Internet é o mesmo de qualquer leilão: quem der o maior lance, leva a oferta.

Sold

Fundada em 2008, a Sold Leilões é uma das empresas mais importantes no segmento de leilões no Brasil. Especializada em venda de imóveis, veículos de estoque excedente e em desativações corporativas, industriais e hoteleiras, a empresa possui mais de 3 milhões de usuários cadastrados em seu banco de dados, sendo 75% pessoas físicas e 25% pessoas jurídicas. Presente em 14 estados do



Leilão São ofertadas 143 unidades residenciais e comerciais

Brasil, a Sold leiloou no ano passado mais de R\$ 700 milhões em ativos. Para este ano, a previsão é alcançar R\$ 1 bilhão. Além de imóveis e veícu-

los, o portfólio da organização inclui também equipamentos industriais e agrícolas, máquinas, eletrônicos e bens de consumo em geral.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Caixa reduz de 9,5% para 8,75% taxas de juros para financiamento de imóveis

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 16.09.18

Caderno: Economia

Página: 16

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caixa reduz de 9,5% para 8,75% taxas de juros para financiamentos de imóveis

Tecnologia A Caixa informou também que, a partir de novembro, oferecerá um novo serviço digital de avaliações de imóveis, disponibilizando laudo diretamente para pessoas físicas e jurídicas

Agência Brasil

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

A Caixa Econômica Federal anunciou a redução de 0,75 ponto percentual nas taxas de juros do crédito imobiliário para aquisição de imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Imobiliário

(SFI). A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão. As taxas mínimas do SFI passarão de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano. E a taxa máxima cai de 11% para 10,25% ao ano. As novas taxas começam a valer a partir do dia 24 deste mês.

A Caixa informou também que, a partir de novembro, oferecerá um novo serviço de avaliações de imóveis, disponibilizando laudo diretamente

para pessoas físicas e jurídicas. Segundo o banco, o Caixa Avalia é uma plataforma que vai permitir a venda de avaliações pelo site com contratação 100% digital.

Em abril, a Caixa reduziu em até 1,25 ponto percentual as taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O limite de cota

de financiamento do imóvel usado subiu de 50% para 70%. A Caixa também retomou o financiamento de operações de interveniente quitante (imóveis com produção financiada por outros bancos) com cota de até 70%.

Em julho, o banco reduziu em média de 1 a 2 pontos percentuais ao ano as taxas do crédito imobiliário para pessoa jurídica. Em agosto, a Cai-

xa promoveu uma redução de até 0,5 ponto percentual das taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do SBPE. O limite de cota de financiamento de imóveis usados para pessoa física subiu de 70% para 80%.

A Caixa tem R\$ 85 bilhões disponíveis para o crédito habitacional este ano. No 1º semestre, foram contratados mais de R\$ 40 bilhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: A tecnologia 5G pode levar o mercado imobiliário para uma nova dimensão

Veículo: Folha de S. Paulo

Data: 14.09.18

Caderno: Colunas e Blogs

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiobernardes/2018/09/a-tecnologia-5g-pode-levar-o-mercado-imobiliario-para-uma-nova-dimensao.shtml>

A tecnologia 5G pode levar o mercado imobiliário para uma nova dimensão

Fora de alguns círculos, os benefícios e a amplitude da nova rede ainda não são compreendidos



Fotolia

Estamos no limiar de uma revolução tecnológica com o uso de uma nova rede de conexão móvel sem fio, que deverá amplificar consideravelmente a conexão entre bilhões de dispositivos eletrônicos. Isso pode mudar de forma impactante aquilo que fazemos e como fazemos. Essa rede chama-se 5G.

Fora de alguns círculos focados na tecnologia, os benefícios e a amplitude da rede 5G não são exatamente compreendidos. Ao contrário de suas predecessoras 3G e 4G, a tecnologia 5G é uma mudança de paradigma tecnológico, semelhante à evolução da máquina de escrever para o computador.

A rede 5G terá capacidade e velocidade muitas vezes superiores às da atual 4G. Consumirá 90% menos energia, aumentando em muito o tempo de operação das baterias dos dispositivos remotos. Além disso, diminuirá em mais de 15 vezes o tempo que um pacote de dados leva para ser transmitido entre dois pontos. Com ela será possível, por exemplo, baixar um filme de longa-metragem inteiro em apenas um segundo.

De acordo com especialistas, a rede 5G se tornará a estrutura subjacente de todo um ecossistema de sensores e dispositivos inteligentes totalmente conectados, capazes de reformular políticas econômicas e de negócios.

No que diz respeito ao nosso futuro, em um ambiente inteiramente envolvido com a IoT (internet das coisas), a 5G ampliará a experiência humana à medida que permitirá a conexão virtual com tudo. Até 2020, os analistas estimam que mais de 20 bilhões de dispositivos IoT serão instalados em todo o mundo, gerando enormes quantidades de dados. Com acesso a esse tipo de informação, indústrias de todos os tipos poderão chegar a novos níveis de eficiência e desempenho.

Não será diferente no mercado imobiliário. A tecnologia utilizada nos modelos de marketing do setor avançará muito além do estágio atual. Por exemplo, em função da capacidade de banda larga da tecnologia 5G, os tours virtuais que estão sendo amplamente utilizados no mercado poderão ser substituídos por sistemas de realidade virtual, com capacidade de serem acessados facilmente por celulares dos clientes em potencial.

As redes móveis de quinta geração irão alavancar de forma notável a tecnologia dos edifícios inteligentes. As possibilidades são enormes e a conexão dos equipamentos domésticos entre si e com a internet, com esse nível de velocidade de transmissão de dados, nos remeterá a uma nova realidade.

A comunicação entre o homem e a máquina avançará além de qualquer formato visto antes, com a possibilidade de, virtualmente, toda coisa imaginável ser automatizada. Os agentes imobiliários precisarão entender com maior profundidade como isso funciona.

Os dados poderão ser transportados de forma imediata e, quando se tratar de contratos e financiamentos, a indústria imobiliária será mudada para sempre. Os atuais contratos inteligentes com a tecnologia blockchain são muito mais rápidos e, com o advento da tecnologia 5G, ficarão disponíveis, em breve, em celulares.

As antenas para a rede 5G serão muito menores em comparação com as das redes móveis atuais, e poderão ser montadas em residências de forma pulverizada, ao invés de estarem em pontos elevados das cidades. Isso significa que o rentável negócio de alugar espaço no topo de edifícios para torres de celulares deve terminar.

Conectar o 5G a dispositivos de residências e empresas será muito menos dispendioso do que as conexões padrão. O tempo dirá que outros tipos de mudanças inovadoras ocorrerão no setor imobiliário em função disso.

É certo, contudo, que esse desenvolvimento tecnológico sem precedentes vai gerar crescimento em todos os setores, e poderá levar a operação do mercado imobiliário para uma dimensão não vislumbrada até agora.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Cotas obrigatórias comprometem até um terço das vagas na construção civil

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 17.09.18

Caderno: Economia

Página: 10

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Cotas obrigatórias comprometem até um terço das vagas na construção civil

Regulação A cota para pessoas com deficiência é exigida de companhias com mais de 100 empregados e vai de 2% a 5% dos postos. Ex-presidiários têm 3% a 6% em obras públicas acima de R\$ 330 mil

Agência Estado

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

A indústria da construção civil tem enfrentado dificuldades para cumprir as cotas de contratação, em que parte das vagas é reservada a pessoas com deficiência, jovens aprendizes, egressos do sistema penitenciário e moradores de rua. Em alguns Estados, segundo o setor, as cotas chegam a comprometer até um terço dos postos de trabalho.

As empresas dizem não haver interessados em número suficiente para preencher as vagas. "A gente publica no jornal, convoca e ele não aparece. Não posso sair catando pessoa com deficiência se ela não quer trabalhar", diz o presidente da Associação Brasileira de Construtores (Asbraco), Luiz Afonso Delgado. A cota para pessoas com deficiência é exigida de companhias com mais de 100 empregados e vai de 2% a 5% dos postos. Ex-presidiários preci-

sam ter assegurados 3% a 6% das vagas em caso de obra pública com contrato superior a R\$ 330 mil.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) fez uma simulação do número mínimo de cotas que uma empresa com 1.001 funcionários que atua em obras públicas precisaria atender. Seriam pelo menos 163 'cotistas'. Em alguns Estados, além disso, há mais reservas previstas em lei. No Distrito Federal, por exemplo, é exigida contratação mínima de 2% de moradores de rua. No total, as cotas podem chegar a mais de 30%.

O Ministério do Trabalho já lavrou mais de 400 autos de infração contra construtoras que deixaram de atender à legislação. Em 2016, 363 mil vagas destinadas a pessoas com deficiência não foram preenchidas. Em seis anos, o Ministério Público do Trabalho firmou 1.132 termos de ajuste de conduta com empresas de vários setores - já que as cotas não atingem apenas a construção - e ajuizou 729 ações. O presidente do Sindus-

Foto: Divulgação



Deficientes As construtoras dizem não haver interessados em número suficiente para preencher as vagas

con-DF, João Carlos Pimenta, diz que o setor é contrário “a qualquer tipo de cota”, porque, por falta de interessados, as empresas viram alvo de multa.

O MPT diz que o problema está na cultura das empresas, que não investem em acessibilidade e alimentam o pre-

conceito. “É oneroso garantir ambiente de trabalho com acessibilidade, mas é o que diz a lei”, diz a coordenadora de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Eliminação da Discriminação no Trabalho do MPT, Valdirene Silva de Assis. “Não faltam pessoas, faltam condições para que

elas estejam no mercado e a vontade de incluir”.

O sociólogo José Pastore, especialista em relações de trabalho, afirma que as cotas têm um propósito social importante. Mas reconhece um desajuste entre a qualificação exigida e a formação dos candidatos.

Mais notícias

CBIC Hoje

[CBIC Hoje NEWSLETTER 13/09/2018 / EDIÇÃO 6149](#)

G1

[Taxa de juros menor movimentou o mercado imobiliário para quem deseja comprar](#)

Band.com.br

[Mercado Imobiliário tem aumento de 22% nas vendas](#)

AGENDA

SETEMBRO

20 – I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura



I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS - AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO



APOIO

